

Ano IV - Edição 48

F E N A C O N

Dezembro de 1999

Abrindo portas para o mercado externo

Pequenas empresas avalliam por que
não conseguem exportar no Brasil

Uma revolução
chamada
Promocat

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>
E-mail : fenacon@bbcont.com.br

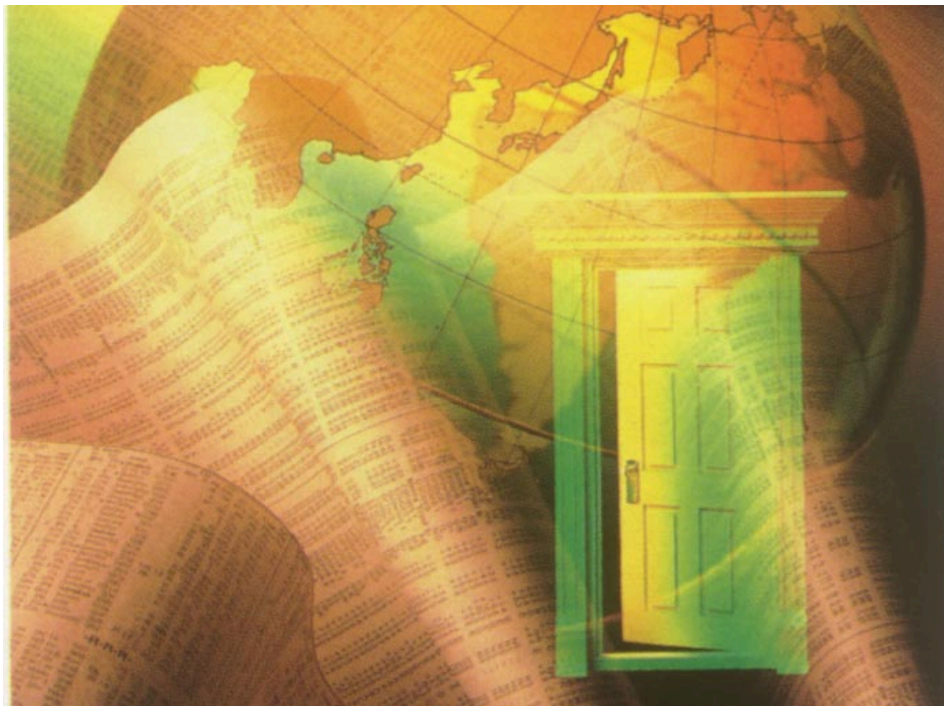
-  **SESICON/ Alagoas**
Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr.Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol - 57050-080 - Maceió/AL
Tel. (082) 326.4130/ 4968 - Fax (082) 221.4968
-  **SESICON/ Bahia**
Pres.: *José Rosenvaldo Evangelista Rios*
Praça Onze de Dezembro, 5 - cj 302 - Calçada - 40410.360 - Salvador/BA
Tel. (071) 312.0262 - Fax (071) 313.9467
sesconba@cpunet.com.br
-  **SESICON/ Blumenau**
Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R.15 de novembro, 550 -10º and. - 89010-000 - Blumenau/SC
Telefax. (047) 322.1102
sesconblumenau@flynet.com.br
-  **SESICON/ Caxias do Sul**
Pres.: *Flávio Jair Zanchin*
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América- 95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (054) 228.2425 - Fax: (054) 222.7825
sesconcx@visao.com.br
-  **SESICON/ Ceará**
Pres.: *Cleodon de Brito Saraiva*
Av. Sn. Virgílio Távora, 1701 - 3º andar - sl. 306 - Bairro Aldeota - 60170-251 - Fortaleza/CE
Tel. (085) 244.3557 - Fax (085) 244.9539
sesconce@ivia.com.br
-  **SESICON/ Distrito Federal**
Pres.: *Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta*
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64
Asa Sul
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (061) 226.2456 - 226.1248 - 226.1269
sescondf@tba.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>
-  **SESICON/ Espírito Santo**
Pres.: *Haroldo Santos Filho*
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara - 29042-010 - Vitória/ES
Tel. (027) 223.4936. Fax:(027) 223.3547
sescones@zaz.com.br
<http://www.sescon-es.org.br>
-  **SESICON/ Goiás**
Pres.: *Antonino Ferreira Neves*
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 - Centro - 74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (062) 212.4477
sescongo@international.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescongo>
-  **SESICON/ Grande Florianópolis**
Pres.: *Antonio José Papior*
R. Araújo Figueiredo, 119 - Centro Executivo Veloso - sl. 402 - 88010-520 - Florianópolis/SC
Tel. (048) 222.1409 - Fax: (048) 222.0226/ 0888
sescon@brasilnet.net
-  **SESICON/ Londrina**
Pres.: *Osmar Tavares de Jesus*
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja Ed. Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (043) 329.3473
-  **SESICON/ Maranhão**
Pres.: *José Ribamar Pires de Castro Filho*
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 - Retorno do Calhau - 65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (098) 246-9153
sescon-ma@elo.com.br
<http://www.elo.com.br/sescon>
-  **SESICON/ Mato Grosso**
Pres.: *Elynor Rey Parrado*
R. São Benedito, 851 - Bairro Lixeira - 78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (065) 623-1603 / Fax. 321-4831
sescon-mt@inter-fox.com.br
-  **SESICON/ Minas Gerais**
Pres.: *João Batista de Almeida*
Av.Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax (031) 273.7353
sescon-mg@netland.com.br
-  **SESICON/ Pará**
Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação - 66063-260 - Belém/PA
Tel. (091) 259.2894 - Fax (091) 249.9768
sesconpa@nautilus.com.br
-  **SESICON/ Paraíba**
Pres.: *Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
Av. Tabajaras, 1085 - 58013-270 - João Pessoa/PB
Telefax (083) 241.6930
sesconpb@zaz.com.br
-  **SESCAP/ Paraná**
Pres.: *Valdir Pietrobon*
R.Marechal Deodoro, 500 -11º andar - Ed. Império 80010-911 - Curitiba/PR
Telefax. (041) 222.8183
sescap@milenio.com.br
<http://www.milenio.com.br/sescap>
-  **SESICON/ Pernambuco**
Pres.: *Geraldo de Paula Batista Filho*
R. General Joaquim Inácio, 465 - sl.101 - 50070.270 - Recife/PE
Tel. (081) 423.6121/6954 - Fax. (081) 423.8505
sesconpe@truenet.com.br
<http://www.brasilnet2000.com.br/sesconpe>
-  **SESICON/ Piauí**
Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra
64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (086) 222.6337
-  **SESICON/ Ponta Grossa**
Pres.: *Luiz Valdir Slompo de Lara*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar - 84010-160
- Ponta Grossa/PR
Tel. (042) 222.1096 - Fax: (042) 222.5040
sesconpg@convoy.com.br
-  **SESICON/ Rio de Janeiro**
Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 - 20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (021) 233.8868 - Telefax - (021) 233.8899
sesconrj@domain.com.br
-  **SESICON/ Rio Grande do Norte**
Pres.: *Ruy Cadete (vice-presidente)*
R. Saneamento, 178 - Petrópolis
59012-410 - Natal/RN
Tel. (084) 211.6408 - Fax: 211.7283
-  **SIECONT/ Rondônia**
Pres.: *Antonio Sivaldo Canhin*
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro São Cristovão - 78902-450 - Porto Velho/RO
Tel. (069) 224.4842 - Fax: (069) 224.6625
-  **SESICON/ Roraima**
Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av.Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo - 69310-030 - Boa Vista/RR
Telefax. (095) 224.5259
fatimabezerra@mandic.com.br
-  **SESICON/ Santa Catarina**
Pres.: *Roberto Wuthstrack*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (047) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
<http://www.sesconsc.org.br>
-  **SESICON/ São Paulo**
Pres.: *Aparecida Terezinha Falcão*
R. Formosa, 367 - 23º andar
01049-000 - São Paulo/SP
Tel. (011) 220.5077- Fax (011) 223.3785
sesconsp@sescon.org.br
<http://www.sescon.org.br>
-  **SESICON/ Sergipe**
Pres.: *Jodoval Luiz dos Santos*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro - 49010-450 - Aracaju/SE
Tel (079) 224.8722 - Fax (079) 211.2785
sesconse@netdados.com.br
<http://www.netdados.com.br/~sesconse>
-  **SESICON/ Sul Fluminense**
Pres. *William de Paiva Motta*
R. Orozimbo Ribeiro, 14 - sl. 201 - Centro - 27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax (024) 322.1755
-  **SESICON/ Tocantins**
Pres.: *Marcos Armino Koche*
ACSVNE-12 Lote 9 - Sala 102 - 67.100-030 - Palmas/TO
Telefax (063) 215.1005
contato@netsgo.com.br

Empresário, mantenha contato com o seu sindicato ou com a Fenacon através da Internet. É mais rápido, mais cômodo e mais barato. Mande suas sugestões, reivindicações e, o mais importante, informações para que os líderes sindicais possam trabalhar melhor para suas empresas.

F E N A C O N

Dezembro de 1999

Contexto



Conquistar mercados externos, oferecendo produtos de qualidade, sempre foi relevante para a economia dos países e para o fortalecimento e crescimento de seu segmento empresarial. Mas, no Brasil, os governos nunca trataram o comércio exterior com a atenção equivalente à sua importância. Esta foi uma das avaliações apresentadas no seminário “Remessa Expressa, Remessa Postal e Exportação Expressa”, ocorrido no dia 22 de outubro, na sede do Simpi - Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo.

CARTAS & E-MAILS

Internet Explorer 5.0 04

ARRECAÇÃO FEDERAL

Arrecadação bate recorde em novembro e atinge 45% de crescimento nominal 05

REFORMA TRIBUTÁRIA

Votação do substitutivo fica para janeiro 07

ENTREVISTA

Uma revolução chamada Promocat 08

ANÁLISE

Responsabilidade civil e erro técnico do contador 12

MOBILIZAÇÃO

Simpi reúne Legislativo e

Executivo para discutir situação da pequena empresa 13

OPINIÃO

A natureza não salarial do auxílio alimentação/cesta básica 16

COMÉRCIO EXTERIOR

Abrindo portas para o comércio internacional 19

INTERNET

Mailing possibilita comunicados urgentes aos associados da Fenacon 20

REGIONAIS

MA, SC, SP, MT e ES 22

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- Códigos Sindicais 25
- Categorias Econômicas 26

PROGRAMA MODELO

O Promocat - Programa de Modernização da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tornou-se espelho para os demais estados brasileiros. Veja por que em entrevista concedida por **Carlos Leony Fonseca da Cunha**. Ele fala sobre o que já é realidade, como o Posto Fiscal Eletrônico - PFE
Pág 8

A VEZ DAS PEQUENAS



Simpi - Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo reúne representantes máximos do Legislativo e Executivo para discutir situação da pequena empresa.
Pág 13

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo apresenta proposta conservadora que não agrada à Comissão de Reforma Tributária e praticamente anula o relatório do deputado Mussa Demes. Discussões serão retomadas em janeiro.
Pág 7

INAUGURAÇÃO NO SESCON/SP

Pág 23



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (011) 3063.0937 - 282.2218

A **Revista Fenacon** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 50 mil exemplares

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges.
Produção Editorial: JV & BST Comunicação -
Telefax (011) 3061.1884. R. Cristiano Viana, 561
- 1º andar - 05411.000 - São Paulo - SP

Conselho Editorial: Eliel Soares de Paula,
Annibal de Freitas, Helio Cezar Donin, Pedro
Coelho Neto, Carlos Kinas Sobrinho, Luiz
Antônio Schmidt Travaína e Euclides Locatelli.

Diretoria da Fenacon

Presidente: Eliel Soares de Paula;
Vice-Presidente - Região Sudeste:
Annibal de Freitas;
Vice-Presidente - Região Nordeste:
Pedro Coelho Neto;
Vice-Presidente - Região Sul:
Carlos Kinas Sobrinho;
Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte:
Luiz Antônio Schmidt Travaína;
1º Diretor Financeiro: Moacir Corso;
2º Diretor Financeiro: Durval Alves;
1º Diretor Administrativo: Helio Cezar Donin;
2º Diretor Administrativo: Euclides Locatelli;
Diretor de Relações Interentidades:
José Antônio de Godoy.

Suplentes

Gerivaldo Pereira da Silva; Izabel
Rodrigues Lipke; Jodoval Luiz dos Santos;
Moisés Antônio Bortolotto; José Geraldo
Lins de Queiroz; Horizon Donizett Faria de
Almeida; Aguinaldo Mocelin; Mauro
Gonçalves Cardoso.

Conselho Fiscal

Iracélio Perez; José Rojo Alonso; Paulo
Bento. Suplentes: Alfredo Alexandre de
Miranda Coutinho; Aluizio Bezerra de
Mendonça; Flávio Jair Zanchin.

Delegados Confederativos

Eliel Soares de Paula
Irineu Thomé

Revista Fenacon

Fale com a Redação

Telefax: (011) 3061.1884

E-mail: divaborges@uol.com.br

JV & BST Comunicação
R. Cristiano Viana, 561
05411-000 - São Paulo - SP

Internet Explorer 5.0

Caro Nivaldo Cleto, tenho lido suas matérias na Revista Fenacon e gostaria de primeiramente parabenizá-lo por seus conhecimentos na área de informática e principalmente por disponibilizá-los a outras pessoas que tanto necessitam. Sou um contabilista autônomo em São José dos Campos – SP. Tenho apenas um micro, cuja configuração já está bastante ultrapassada (Pentium 100 MHz com 32 MB de RAM, apenas 1 MB na placa de vídeo e o que é pior um HD de apenas 540 MB). Acredito que para você, um micro como esse não deva servir para nada, não é?

Embora o meu HD seja bastante pequeno, tenho em meu drive C aproximadamente 100 MB livres. Mesmo com todas essas dificuldades, rodo satisfatoriamente vários programas, dentre eles: o Prosoft – DOS, quase todos os da SRF, os MS Word e Excel e, para acessar a Internet, o Netscape Communicator 4.03 Português.

Na última Revista Fenacon que recebi, consta que o MS Internet Explorer 5.0 português já está disponível para download no site da Microsoft Brasil. Eu uso o Win95 e gostaria de saber se no meu caso seria possível e vantajoso desinstalar o Netscape para a instalação do Explorer 5.0, atualizando o meu Windows?

Considerando que eu tenho apenas 100 MB livres em meu disco C, não seria perigoso travar o meu micro? Qual é o tamanho do Explorer 5.0 + Outlook, depois de instalado? E se eu conseguir instalar, ele rodaria satisfatoriamente? Não tenho tido problemas com o Netscape para navegar ou efetuar downloads. A única coisa que não gosto no Netscape é que tenho três e-mails e preciso entrar e sair do programa cada vez que vou verificar se há mensagens novas. Acho isso muito trabalhoso! E, pelo que me disseram, com o Outlook eu resolveria esse problema. Ficaria muito feliz em receber a sua opinião.

Roberto Teixeira Filho
E-mail: robtx@netdata.com.br

Nivaldo Cleto responde:

Resposta 1: Não concordo, todo micro

tem uma utilidade, por menor que seja a configuração. Não se esqueça que os Nerds do Vale do Silício começaram trabalhando com sistemas, Internet e redes com pedaços de micros usados e hoje estão entre as maiores fortunas do mundo.

Resposta 2: A instalação do IE 5.0 necessita de aproximadamente 100 MB livres e creio que sua HD já esteja saturada. Recomendo que você limpe o cachê do Netscape, exclua os arquivos temporários (tmp) e também remova o programa Netscape. Procure limpar todos os arquivos desnecessários da sua HD. Faça um backup antes. Faça um 'scandisk' e depois um 'defrag' (vide Ferramentas do Windows).

Após tudo isto, verifique se já há espaço suficiente para instalação e não se esqueça que o Windows precisa de, no mínimo, 40 MB livres da HD para não ficar muito lento. Não tenho a menor dúvida que o IE 5.0 resolverá seus problemas com a leitura das três caixas postais. Aliás, recomendo que você utilize apenas o IE e descarte o Netscape. Vou relacionar as vantagens do IE 5.0 em relação ao Netscape:

a - Com o IE 5.0 você pode escolher um dos seus três provedores de mensagens para enviar o seu e-mail. Como possuo 5 caixas postais, muitas vezes, ocorre que um dos servidores está travado ou com problemas para eu enviar as mensagens e com o IE 5.0 posso mudar e escolher um dos cinco provedores para enviar a mensagem.

b - Muitas vezes você quer enviar uma página inteira da Web para um cliente ou até para você mesmo arquivar com seus documentos. O IE 5.0 e 4.0 permitem que você envie a página inteira com todos os 'frames'.

c - O Outlook Express é sem dúvida o melhor aplicativo de e-mail hoje no mercado.

Sou usuário da Internet desde 1994. Comecei com Netscape 1.0 e utilizei por muitos anos este browser e até tenho a última versão instalada nas minhas máquinas, porém é muito raro eu utilizá-lo. Se você pedir a opinião de pessoas que trabalham com software, eles vão recomendar o Netscape, mas, não entre na deles, utilize o IExplorer.

Arrecadação bate recorde em novembro e atinge 45% de crescimento nominal

Geralda Magela, de Brasília

O governo nunca arrecadou tanto como está arrecadando agora. Em novembro, a receita de impostos administrados pela Secretaria da Receita e de taxas e contribuições controladas por outros órgãos atingiu o montante recorde de R\$ 13.054,4 bilhões. Asoma das receitas no ano de 1999 totalizaram R\$ 136.495,1 bilhões.

Segundo dados disponíveis no site da Receita Federal, só a receita administrada pela SRF alcançou em novembro R\$ 12.636,1 bilhões, representando um crescimento nominal de 45% e real de 21% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Somadas as receitas de janeiro a novembro deste ano, o crescimento nominal foi de 20,06% e real de 8,52%, em relação a igual período do ano anterior.

Um dos responsáveis pelo aumento da arrecadação foi a medida provisória que permite que as empresas reduzam o pagamento de multas e juros de dívidas com a Receita em troca da desistência de ações judiciais contra o órgão. Só no mês de novembro, essa medida propiciou uma arrecadação de R\$ 1 bilhão e o acumulado no ano está em torno de R\$ 6 bilhões. A CPMF também continua reforçando o caixa. Em novembro, a receita obtida com essa contribuição alcançou o montante de R\$ 1.075,3 bilhão.

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS Novembro / 98, Outubro e Novembro / 99

UNIDADE: R\$ BILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO			VARIÇÃO	
	Novembro/98 (A)	Outubro/99 (B)	Novembro/99 (C)	(C) / (B)	(C) / (A)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	553.0	751.5	788.0	4.85	42.48
I. IMPORTAÇÃO-PETRÓLEO	22.0	37.6	39.6	5.21	79.54
I. IMPORTAÇÃO-DEMAIS	531.0	713.9	748.4	4.83	40.95
I.PI-TOTAL	1,374.1	1,567.0	1,591.1	1.53	15.79
I.PI-FUMO	216.8	170.7	180.2	5.54	(16.87)
I.PI-BEBIDAS	185.1	157.8	152.9	(3.11)	(17.41)
I.PI-AUTOMÓVEIS	46.0	178.1	165.7	(6.95)	260.41
I.PI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	347.3	400.4	438.1	9.41	26.15
I.PI-OUTROS	579.0	660.0	654.2	(0.88)	12.98
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	3,067.3	3,931.6	3,499.1	(11.00)	14.08
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	110.0	273.6	140.2	(48.75)	27.50
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	765.6	1,252.0	876.8	(29.96)	14.52
ENTIDADES FINANCEIRAS	95.1	119.8	232.8	94.32	144.91
DEMAIS EMPRESAS	670.6	1,132.2	644.0	(43.12)	(3.96)
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	2,191.6	2,406.1	2,482.1	3.16	13.25
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	1,142.0	1,111.1	1,180.9	6.28	3.40
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	808.7	844.0	873.0	3.43	7.95
I.R.R.F-REMESSAS PARA O EXTERIOR	116.2	252.4	254.1	0.68	118.59
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	124.7	198.6	174.1	(12.32)	39.66
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	200.4	267.5	218.9	(18.17)	9.20
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	70.2	60.8	23.6	(61.27)	(66.41)
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	604.8	1,111.1	1,075.3	(3.22)	77.79
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	1,549.0	2,906.0	3,621.1	24.61	133.78
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	618.9	769.8	775.2	0.70	25.26
CSSL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	415.2	542.1	684.1	26.19	64.78
ENTIDADES FINANCEIRAS	39.1	55.3	50.6	(8.58)	29.42
DEMAIS EMPRESAS	376.1	486.8	633.6	30.14	68.46
CONTRIB. P/ PLANO SEGUR. SOCIAL SERVID.	185.3	244.6	246.8	0.88	33.18
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	31.0	27.2	26.2	(3.81)	(15.59)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	14.4	149.8	86.9	(41.99)	502.16
RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF	8,683.5	12,329.2	12,636.1	2.49	45.52
DEMAIS RECEITAS	236.6	333.7	418.3	25.37	76.82
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	8,920.1	12,662.8	13,054.4	3.09	46.35

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE RECEITAS

Cinquentenário de empresas

Os 50 anos do Escritório Contábil Anchieta e do Escritório Contábil Sacoman foram destaque no jornal de bairro paulistano "Gazeta do Ipiranga", edição de 29 de outubro. As duas empresas nasceram da organização Soncini e Castro, fundada em 3 de outubro de 1949, por Walter de Lima Castro e Ordone Soncini Neto. Em 11 de agosto de 1953, a cisão comercial da Soncini e Castro deu origem ao Escritório Contábil Anchieta e ao Escritório Contábil Sacoman.

O "Anchieta" ganhou sua sede própria em 1961, na Via Anchieta, onde se localiza até hoje. Atualmente, tem à frente, os sócios, Antônio Cosimato, e os irmãos, Carlos José, Valter e Marco Antonio de Lima Castro. O "Sacoman", localizado no bairro de mesmo nome, é hoje comandado pelos sócios Rogério Tenani, Antônio Mário Bobige, Ângelo Parolin, Miguel Costa, José Luiz Artuzo, Norberto Padilha e Roberto Massaiti Ito. Na mesma edição do jornal "Gazeta do Ipiranga" foi publicada nota sobre a homenagem do Rotary Club de São Paulo – distrital Ipiranga aos 50 de fundação das duas empresas. Os diretores Antônio Cosimato e Antônio Mário Bobige re-

ceberam uma placa e uma flâmula "pela relevância dos serviços oferecidos à comunidade".

Homenagem

O primeiro presidente do Sescon/ Caxias do Sul (quando ainda era Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de Caxias do Sul), o empresário contábil, Mario Antonio Dal Pai (à esq. na foto abaixo), foi homenageado com a Medalha Monumento Nacional ao Imigrante. A distinção, concedida às pessoas que se destacaram com seus trabalhos no município de Caxias do Sul, foi entregue pelo prefeito da cidade, Gilberto Pepe Vargas, em solenidade no dia três de outubro.



Consultor de Gestão - Pequena e Média Empresa

A PUC-SP inicia em fevereiro a nona turma do curso de extensão universitária "Consultor de gestão - pequena e média empresa". O objetivo é preparar profissionais com visão global de gestão empresarial e domínio de processos de consultoria para serem agentes de mudanças junto ao segmento. O curso já formou mais de 250 profissionais, principalmente das áreas de Administração, Economia e Contabilidade e tem como coordenador o professor Geraldo Borin. As aulas começam no dia 11 de fevereiro e vão até o dia 23 de junho de 2000, sempre às sextas-feiras, das 13 às 19h, e acontecem no campus da PUC-SP, que fica na rua Caio Prado, 102. A realização é da Coordenação Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – Cogea da PUC-SP. Informações pelo telefone (11) 3873-3155.

Anúncio Mastermaq

Votação do Substitutivo fica para janeiro

Geralda Magela, de Brasília

Governo apresenta proposta conservadora que não agrada à Comissão e praticamente anula o relatório Mussa Demes. Discussões serão retomadas em janeiro.

Como já estava previsto, o governo decidiu adiar para janeiro - durante a convocação extraordinária do Congresso - a votação da emenda de Reforma Tributária no plenário da Câmara. Apesar dos avanços obtidos nas negociações da comissão tripartite, principalmente em relação ao IVA estadual, ainda há muitos pontos de difícil consenso. No dia 14 de dezembro, o governo apresentou à Comissão mais uma proposta de mudanças no sistema tributário.

As modificações apresentadas pelo Governo à atual estrutura dos tributos foram pequenas. A proposta do Executivo praticamente anula o relatório Mussa Demes. Mantém quase inalterados os tributos federais, preservando o IPI, PIS e Cofins. Transforma, ainda, a CPMF em imposto permanente, sem que haja um limite do percentual a ser cobrado. Por outro lado, deixa para a lei complementar a definição de alíquotas e dispositivos para evitar a cumulatividade dos tributos.

A proposta do executivo não agradou à Comissão de Reforma, que a conside-

rou muito conservadora. Em nota divulgada no dia 15 de dezembro, e entregue ao ministro interino da Fazenda, Amaury Bier, a Comissão faz uma análise da proposta do MF. Segundo a nota, ela "contém formulações inadequadas e não atende aos interesses dos contribuintes, talvez nem mesmo aos governos, muito menos aos anseios da sociedade".

CPMF

Uma das críticas à proposta no que diz respeito às garantias do contribuinte é em relação à CPMF, cuja alíquota máxima seria fixada em lei complementar. Outro "defeito" apontado pela Comissão em relação à CPMF é que está prevista, não a obrigatoriedade, mas meramente a possibilidade de que o novo tributo seja compensável com outros impostos e contribuições federais. "Nada impede que um governante que assegure a maioria simples em uma votação na Câmara e outra no Senado, imponha, por exemplo, um IMF com alíquota de 2%, não compensável, para aumentar os seus gastos", exemplificam os parlamentares, na nota.

Outro problema apontado pela Comissão para o contribuinte é a supressão de um dispositivo presente no relatório Mussa Demes prevendo a anterioridade de 90 dias para a cobrança de tributos e a cumulatividade das contribuições sociais que a proposta não eli-

mina. A Comissão também considerou a manutenção da Cofins e do IPI e a incidência do salário-educação sobre a folha de salários prejudiciais ao setor produtivo, reduzindo a competitividade desses setores.

O único ponto que já tem consenso na Comissão Tripartite é a criação do IVA estadual em substituição ao ICMS, uma solução encontrada para vencer a resistência dos governos estaduais. "Houve um grande avanço em torno do que será o IVA estadual, mas existe um ponto de interrogação imenso sobre os tributos federais", disse o presidente da Comissão, deputado Germano Rigotto, ao final da reunião da comissão tripartite. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) disse que a proposta é conservadora em relação à atual estrutura da Cofins, PIS-Pasep e do IPI. "E o pior é que as definições importantes ficam todas para lei complementar, gerando insegurança tanto para o setor econômico quanto para os governos estaduais em matéria de arrecadação.

Destaques

A votação dos destaques que estava ocorrendo paralelamente às negociações da Comissão tripartite também foi interrompida e será retomada em janeiro. Das 323 emendas apresentadas ao relatório Mussa Demes, faltam apenas 32 para serem apreciadas.

Anúncio DPComp

Uma revolução chamada Promocat

Por André Luiz de Andrade

Com recursos da ordem de R\$ 60 milhões, parte deles oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Secretaria da Fazenda de São Paulo está promovendo uma revolução administrativa e tecnológica em sua estrutura para melhorar a relação fisco-contribuinte, obter ganhos de qualidade e produtividade (com a consequente redução de custos próprios e dos contribuintes) e aumentar a arrecadação. É o Promocat - Programa de Modernização da Administração Tributária que, em seus 32 projetos, está lançando mão das mais modernas teorias de administração praticadas no mundo e, ainda, de tecnologia de ponta em informática, especialmente, dos recursos oferecidos pela Internet. Assim, termos como knowledge management (gerenciamento do conhecimento) e Intranet - comuns na iniciativa privada - fazem parte hoje da rotina da Secretaria da Fazenda de São Paulo que começa a ser espelho para os outros estados brasileiros. Na entrevista abaixo, o coordenador do Promocat, Carlos Leony Fonseca da Cunha fala sobre o que já é realidade, como o Posto Fiscal Eletrônico - PFE (home-page que disponibiliza informações e serviços via Internet).

► Que informações já são oferecidas através do PFE?

Leony Cunha - O PFE hoje tem toda a parte de informações sobre ICMS, mas não colocadas simplesmente na Internet, como outros sites já têm. As informações são trabalhadas com dois conceitos. O primeiro: ampliar o conhecimento do contribuinte - esse conceito é melhor do que atender bem a esse contribuinte. Quanto mais ele conhecer sobre o ICMS, menos nos questiona. Ampliar o conhecimento significa o contribuinte ter informação que faça significado e possibilite a ele tomar uma decisão mais eficaz. Para que isso ocorresse, a gente precisava consi-



“A GIA (eletrônica) dá um salto qualitativo na fiscalização de tributos. A gente consegue separar o bom do mau contribuinte”

derar que o contribuinte não era um só. Existem pequenos, grandes, com contador, sem contador, gente que entende muito, que entende pouco, gente com tempo, gente sem tempo para estudar as alterações, a legislação do ICMS. Então, a gente trabalhou com a informação - aí é o segundo conceito de que eu estou falando - certa para a pessoa certa, no formato que ela precisa. A base de toda essa informação, lógico, é a legislação, às vezes, trabalhada como um “Saiba Mais Sobre”, que já é uma forma mais didática, mais profunda para as pessoas entenderem o porquê de algumas coisas. Se ele quer tirar só uma nota fiscal, quer saber qual é o procedimento naquele momento, então, há o ICMS na prática. Às vezes, ele só quer saber o que ele precisa para chegar ao fim de uma providência que espera do fisco. Aí ele tem o Guia de Procedimentos. E, na questão da legislação, como ela muda a toda hora - a legislação tributária é extremamente ágil, muda a toda a semana, praticamente todo o dia -, precisaria haver algum orientador que ajudasse o contribuinte a se localizar no tempo. Quer dizer, só ter presente, em alguns momentos, a legislação vigente, que é a do fato gerador, que disciplina a alíquota, a base de cálculo, o faz calcular o débito de forma correta. Isso a gente conseguiu, trabalhando sistemicamente toda

a legislação tributária regulamentar e infra-regulamentar, fazendo com que ele tenha a possibilidade de viajar no tempo. Essa parte de informações já está disponível.

► E que serviços o contribuinte já pode encontrar acessando o PFE?

Leony Cunha - Todo o reenquadramento de microempresa, enquadramento no Simples, acesso à conta fiscal e entrega de GIA (Guia de Informação e Apuração) pela Internet. Estão ainda para ser disponibilizados: cadastro e autorização para a impressão de documentos fiscais pela Internet. Alguns desses serviços, como a conta fiscal, ele também enxerga e interage com o fisco, corrigindo eventuais problemas. Nós temos muitos problemas nessa área. O banco, às vezes, digita errado o pagamento e cai aqui para outro contribuinte. Essas correções precisam ser feitas e nós vamos ter um canal de comunicação direto do contribuinte conosco para já fazer automaticamente a correção. Mas, muitos desses serviços dependem da distribuição da senha para não ferir o princípio que impõe o sigilo fiscal à autoridade tributária. Foi criado um sistema de controle de acesso, que faz atribuições de poderes limitados ou ilimitados para várias pessoas da empresa. Esse processo de entrega de senhas está ocorrendo agora. Mais ou menos 600 mil senhas serão distribuídas. É um processo que vai durar até o final do ano. A partir do momento que todos os contribuintes tiverem senhas, vão poder usar na plenitude os serviços fiscais do Posto Eletrônico, com exceção da Deca (Declaração Cadastral) e AIDF (Autorização para a Impressão de Documento Fiscal), que devem estar chegando em janeiro, coincidindo, mais ou menos, com a entrega das senhas.

► Como será a nova GIA pela Internet?

Leony Cunha - A nova GIA vai nos dar a possibilidade muito maior de conhecer a realidade econômica, a capacidade econômico-financeira do contribuinte. Vamos processar essa informação num *dataware house* e a gente vai poder disparar com muito mais precisão as ações fiscais. E aí a GIA dá um salto qualitativo na fiscalização de tributos. O que vai permitir isso? A gente consegue separar o bom do mau contribuinte. Então, o mau contribuinte vai começar a ter problemas. Mas o bom contribuinte, que esse é

o nosso objetivo, vai começar a ter uma desoneração de trabalho violenta. Porque, antes, como não se conseguia distinguir um do outro, a gente se esmerava em controles burocráticos que oneravam apenas ao bom contribuinte. Porque o mau contribuinte tem o custo da sonegação. Ele sabe que está incorrendo naquele custo. Agora, o bom contribuinte tem um custo agregado pelo fato de não ser sonegador e ter que cumprir aquilo. É um custo agregado que fazia com que a competição dele ficasse complicada no mercado. Com essa nova GIA, a gente vai poder ter muito mais precisão na ação fiscal.

►► **Para a implementação do PFE foi necessária uma reestruturação tecnológica interna na Secretaria da Fazenda? Que novos recursos nesse sentido já foram adotados?**

Leony Cunha - Talvez esse seja o principal ganho do programa de modernização. A questão de redefinir o papel da informação para a administração tributária e da estratégia de controle das informações dos sistemas tributários. Hoje, os usuários estão muito mais presentes nas definições desses sistemas, do formato dessas informações, quer dizer, começa um processo de mudança dentro da Secretaria da Fazenda, onde nós sempre ficamos dependentes do pessoal da área de tecnologia da informação, que, por outro lado, não tinha o usuário como parceiro. Com essa mudança que o programa de modernização permite, mudança de sistemas basicamente operacionais para sistemas analíticos, tudo isso exige o domínio do usuário sobre os sistemas e as informações tributárias. Talvez, o grande produto desse programa de modernização não sejam os sistemas, os aplicativos, mas a possibilidade que a gente teve nessa virada, de inverter o jogo, ou seja, a tecnologia da informação vira realmente um instrumento daquilo que a gente quer, o usuário domina o sistema e as informações tributárias e isso tem um efeito muito grande a exemplo da criação de um PFE. É a perspectiva do usuário, seja ele fiscal, seja ele contribuinte, que determina os caminhos da tecnologia da informação.

►► **Seria um primeiro passo no sentido do contribuinte passar a ter uma participação mas efetiva no funcionamento da Secretaria da Fazenda?**

Leony Cunha - Eu enfoquei pelo lado da tecnologia, mas é lógico que esses sistemas fazem com que fique totalmente transparente o órgão Fazenda para o contribuinte e a transparência é uma característica mui-



“A tecnologia da informação vira realmente um instrumento daquilo que a gente quer, o usuário domina o sistema e as informações tributárias e isso tem um efeito muito grande”

to importante dos projetos, principalmente do PFE. Porque o contribuinte tem a mesma informação que os colegas fiscais terão nos postos para fazer o atendimento físico que ainda restar. Não vai ser possível fazer tudo pela Internet. Há os casos excepcionais, mas de qualquer forma a base é a mesma do PFE. E com o PFE tornando o contribuinte efetivamente um parceiro, ele deixa de ser um instrumento apenas de veicular informações. Eu passo a ter o contribuinte como um fiscal do cadastro, da sua conta fiscal, dos erros do sistema, evitando, por exemplo, que o Centro de Informações Econômico-Fiscais (Cinef) tenha 150 pessoas trabalhando corrigindo erros. Elas vão deixar de existir porque o próprio contribuinte já vai estar fiscalizando os seus dados e isso ficará quase que instantaneamente transparente para a gente. Nós estamos até usando o contribuinte como um próprio auditor da situação geral dos sistemas e de certa forma da qualidade do serviço na Secretaria da Fazenda.

►► **Que vantagens efetivas as mudanças implementadas com o Promocat estão trazendo ao contribuinte?**

Leony Cunha - Primeiro, temos o respeito do contribuinte. Sem dúvida a gente já sente um procedimento, um tratamento conosco diferenciado - e não está tudo no ar. Eu tenho certeza que o contribuinte reconhece esse esforço. Na verdade, começa pela destruição do castelo que separava a Secretaria da Fazenda dos problemas verdadeiros do

contribuinte. Ele passa a se sentir muito mais útil para a administração dos tributos e, de certa forma, sendo útil para a administração do ICMS, principalmente para o Estado de São Paulo, ele também está reduzindo um custo dele. Porque, os benefícios, eles já estão sentindo nos seus próprios escritórios, o que vai estar muito mais claro a partir do momento em que tudo estiver disponível. Você imagina o custo de se manter um escritório de contabilidade ou mesmo uma estrutura de contabilidade e escrituração fiscal em uma empresa, para um tamanho de burocracia desse. Com certeza, o custo Brasil, uma parte da competitividade brasileira está comprometida nessa burocracia. Quer dizer, liberando o contribuinte para isso, eu tenho certeza que o reconhecimento vai ser quase que imediato no seu custo global de produção. É um caminho sem volta e que os contribuintes vão provocar que seja feito em outros entes tributários: União, Receita Federal e municípios.

►► **O senhor poderia exemplificar, com números, um serviço ou informação que antes era obtido de forma burocrática, lenta, e que hoje pode ser conseguido de forma mais simples e rápida?**

Leony Cunha - Eu tenho duas ordens de números: uma geral e vou te dar uma específica de um serviço que foi disponibilizado, que é o enquadramento da microempresa no Simples. A gente apurou, fez uma pesquisa em todos os postos fiscais do Estado e tirou uma média. Do total de tempo que o contribuinte gasta no posto fiscal, 64% eram serviços que ele buscava. Desses serviços, os principais eram: cadastro, autorização de impressão de documentos fiscais e entrega de GIA. Esses três serviços juntos correspondem mais ou menos a cerca de 40%, desses 64%. Dentro desses 64%, também uma grande quantidade, quase 20%, de retorno do contribuinte porque ele não entendia o que tinha que fazer. Ele sempre esquecia um documento, esquecia de preencher alguma coisa de forma correta. Como não tinha uma instrução sistêmica, única, uniforme em todo o Estado, acabava errando em alguma coisa e isso causava problema de retorno. Em termos globais, uma vez colocados todos os serviços no ar, nós temos a expectativa de reduzir em 50, 60% o movimento nos postos fiscais. O contribuinte vai deixar de perder cerca de 60% do tempo dele em burocracia, pelo fato de existir um PFE. Em falei de 64%. Os outros 36% eram busca de informações que já estão na Internet. Nós vamos fazer uma pesquisa, depois de implantado todo o PFE, para ver se se verificou a queda nesse aten-

dimento pessoal nos postos fiscais. Agora, há um número específico de um sistema que a gente colocou no ar que eu acho que dá para ter uma idéia bastante boa do benefício de uma coisa desse tipo. Foram 400 mil microempresas e empresas de pequeno porte que se utilizaram da Internet agora, nos últimos meses, para cumprir a legislação do Simples. Você imagina 400 mil ME e EPP indo a um posto fiscal, entregando uma série de documentos. Os fiscais tendo que analisar, fazer os cruzamentos que faziam manualmente, acessando telas de *mainframe* de sistemas operacionais antigos e cruzando esses dados na mente. Isso aí corresponderia a um trabalho que o contribuinte, com certeza, perderia boas horas, como foi com a Receita para obtenção do CNPJ. Nós tivemos, até bem pouco tempo, matérias exaustivas criticando o atendimento. Com certeza, se verificaria nesse processo. Com o PFE, todos os cruzamentos de dados já eram feitos antecipadamente. O contribuinte entrava na Internet, colocava sua inscrição estadual e sua senha e na hora tinha a resposta: você não tem direito por isso, isso e isso. Muitas vezes, ele não tinha direito porque estava preso a uma situação cadastral já resolvida e que não havia sido dada baixa. Por exemplo: ele era sócio de uma outra empresa e não poderia ser sócio de uma empresa optante pelo Simples. Ele simplesmente ia à situação dele anterior, fazia a baixa ou, às vezes, até o posto fiscal é que não tinha processado a baixa. A gente recuperava isso e já fazia um saneamento de cadastro, permitindo que o contribuinte da sua casa ou escritório resolvesse seus problemas. Só esse número das 400 mil empresas, indo a um balcão de posto - seriam filas que, com certeza, não estariam resolvidas em dois, três meses. Seriam coisas para seis meses de problemas, de conflitos. Agora ele pode resolver em alguns minutos.

►► **Quantos atendimentos já foram feitos através do PFE desde a sua implantação?**

Leony Cunha - Acessaram mais de 1 milhão de empresas entre serviços e consultas ao banco de informações. Eu te dou um detalhe que teve pouca divulgação: nós já estamos entre os 500 maiores sites na área de serviços do Brasil, eleição da Folha (de São Paulo). Ganhamos recentemente o 2º lugar no Conip - Congresso Nacional de Informática Pública, um prêmio anual, na categoria "Cidadania na Internet". Ganhamos o segundo lugar, mesmo sem estar tudo inaugurado. Perdemos para a Rede Cidadã do Paraná, que congrega todas as



“Nós estamos até usando o contribuinte como um próprio auditor da situação geral dos sistemas e, de certa forma, da qualidade do serviço na Secretaria da Fazenda”

secretarias, não só a da Fazenda, atende o paciente, o aluno, todos os aspectos da vida do cidadão.

►► **Para o contribuinte que ainda não tem acesso a Internet, a Secretaria da Fazenda criou pontos de atendimento (módulos-padrão e quiosques de auto-atendimento). Quantos são?**

Leony Cunha - Sessenta e três módulos-padrão já foram instalados, nos postos fiscais de maior movimento e os quiosques estão nos pequenos postos fiscais. Mas isso é uma situação transitória. A gente tinha que fazer para possibilitar o acesso àqueles que não tivessem Internet. Mas já está comprovando que é uma coisa muito transitória. É lógico que os módulos-padrão e os atendimentos pessoais nunca deixarão de existir, não tem jeito. Algumas situações específicas saem da regra e precisam ser comunicadas pelo contribuinte, não no padrão de Internet, mas comprovando as operações nos postos fiscais. De qualquer forma, essa estrutura não se perde, porque o espaço que se criou nesses módulos-padrão é confortável para o contribuinte. Aumentam a dignidade dele, que antes era atendido encostado num balcão - aquela situação do funcionário de cara brava do outro lado e ele sentindo que estava até incomodando. Uma situação que a gente já conhece de serviço público. Hoje, ele é atendido sentado, com o fiscal ou atendente do outro lado com um computador ligado ao PFE. É uma outra qualidade de atendimen-

to. Mesmo o atendimento físico que sobrar, vai ser feito em um outro patamar de qualidade.

►► **Toda essa mudança na estrutura de funcionamento e atendimento da Secretaria da Fazenda requer uma nova mentalidade, postura do funcionário público. Dentro dos 32 projetos que compõem o Promocat, o que foi feito em relação a capacitação profissional e a valorização dos servidores da Administração Tributária?**

Leony Cunha - Foram e estão sendo feitos muitos programas de treinamentos. Agora eu confesso a você que essa é uma coisa que nós temos que aprender ainda muito, porque não é fácil você implantar todos esses sistemas e ao mesmo tempo dar um novo conceito total, porque ainda está em formação. Outra coisa: a questão do ambiente cultural que nasceu essa burocracia toda. Não é uma coisa fácil de quebrar. Nós temos dificuldade nessa área porque as resistências são naturais dentro de um processo de mudanças. Seja numa organização privada, mas com muito mais certeza até em uma organização pública. Mas os funcionários de uma maneira geral, estão ansiosos por mudanças. Mas nós temos que conviver sempre com esses dois lados: o pessoal resistente e o pessoal ansioso.

►► **Já foi feita alguma pesquisa para avaliar a satisfação do contribuinte paulista com todas as mudanças implantadas com o Promocat?**

Leony Cunha - Nós estamos no calor da implantação das coisas e ainda faremos uma pesquisa. O que nós temos são alguns elementos. Temos recebidos muitos e-mails, de uma forma bastante inequívoca de satisfação do contribuinte, e implantamos recentemente uma ouvidoria, um serviço de *ombudsman*, para a gente tentar avaliar a satisfação do contribuinte. Mas vamos fazer uma pesquisa específica para sentirmos, depois de implantados todos os serviços, de forma clara, qual a expectativa e o caminho que a gente tem que seguir com o PFE. Mas posso dizer o seguinte: no início do projeto, chamamos contribuintes e contadores e fizemos várias reuniões com eles para sentir, através dos comentários e reclamações, quais eram as linhas mestras do PFE. A gente tem só que confirmar se na prática está acontecendo. Se o sentimento do contribuinte é esse mesmo.

►► **O Promocat já gerou aumento na arrecadação do Estado?**

Leony Cunha - O projeto que mais caminhou rapidamente foi o do IPVA, que quase triplicou a arrecadação. Antes, a arrecadação ou a fiscalização era totalmente dissociada do licenciamento do veículo, não havia facilidades para fazer o pagamento, não havia cruzamento de dados. Hoje, a sistemática do IPVA tem duas vertentes, facilitando a vida do contribuinte, que pode pagar inclusive em caixas automáticos de bancos. Nós vamos estar disponibilizando, até o final do ano, o licenciamento em caixa de banco. Você não vai precisar mais de despachante, não vai precisar ir ao Detran, vai fazer tudo no caixa do banco. Vai pagar todas as multas ali e depois o documento vai ser entregue na sua casa pelo Correio. Tudo isso fez com que o IPVA triplicasse a arrecadação. Esse é um sinal evidente. Agora o ICMS já é mais complicado, porque é um imposto que depende muito da situação econômica do País. Ele flutua em razão da situação econômica. Podemos falar: melhorou o desempenho da arrecadação, mas, ao mesmo tempo, quando vem uma medida restritiva do consumo ela cai. Às vezes, é difícil mensurar exatamente o que é o benefício de um programa de modernização. Nós vamos te devolver essa resposta numa próxima oportunidade. A gente já vai ter quantificado isso melhor.

»»Houve mudanças na área da fiscalização?

Leony Cunha - Todo o pessoal que estava ligado à burocracia do cadastro, do atendimento ao contribuinte, vai poder

ser liberado para a atividade fim que é a fiscalização direta de tributos. E isso já vai ser um ganho enorme. Mas já existem outros projetos desses 32 que tratam da mudança na qualidade da auditoria. A nova GIA, por exemplo, com muito mais informação, nos dá muito mais possibilidade de acertar o contribuinte que deve ser fiscalizado. Você perde menos tempo selecionando contribuintes. Esse é um primeiro ponto. E nós temos dois projetos que tratam da auditoria informatizada e da inteligência fiscal que cuida de prospecção e formação de prova material no meio magnético no computador do contribuinte. Provas de fraudes fiscais. Os dois projetos são muito interessantes. A gente passa a fiscalizar grandes contribuintes de forma mais automatizada possível. O ECF - Emissor de Cupom Fiscal também faz parte desse complexo todo que pretende dar uma outra dinâmica para a fiscalização - menos roteiros, menos ensaios de tentativas e erros e direcionamento mais certo - e o *datawarehouse* - quem trabalha com informações gerenciais, com esse mundo que esses EISs (software de extração de dados) e *datawarehouses* têm possibilitado para as organizações, sabe o que nós estamos falando. Agora a gente vai começar a enxergar com muito mais clareza quem é quem, separando o joio do trigo.

»»Quanto foi investido até agora no Promocat e de onde veio o dinheiro?

Leony Cunha - Cerca de R\$ 30 milhões. Metade do Estado e metade do

Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Programa Nacional de Apoio às Administrações Fiscais dos Estados. Chama-se Pnaf e ele se desenvolve praticamente em todos os Estados. O Estado de São Paulo é o mais adiantado na execução desse programa. Até porque começou antes. E de certa forma o programa de São Paulo puxou a existência do Pnaf, que antes não existia. Como São Paulo deu entrada e o Bid gostou, resolveu estender para todo mundo. Há produtos muito bons sendo desenvolvidos em outros Estados, mas a linha é mais ou menos a mesma.

»»Quais projetos estão sendo trabalhados hoje pela Secretaria da Fazenda dentro do Promocat?

Leony Cunha - Hoje nós estamos dando complemento do PFE, no sistema que vai controlar o auto de infração, no sistema de partilha do conhecimento, no sistema que garante a classificação e captura, recuperação do conhecimento e terminar todos os outros projetos de fiscalização, formação do *datawarehouse* para a gente poder ter uma ação fiscal muito mais eficaz.

»»E quanto ainda deverá ser gasto com o Promocat?

Leony Cunha - Mais uns R\$ 30 milhões. Até o final do ano que vem, a gente espera gastar mais ou menos isso, completando o ciclo do programa. Ai vem uma nova fase de treinamento, aculturamento de toda a organização a esses novos sistemas ♦.

Anúncio Alterdata

Responsabilidade civil e erro técnico do contador

Antônio Aparecido Teixeira*

Foi-se o tempo em que o relacionamento cliente/escritório dava-se apenas através da confiança no dono do escritório de contabilidade. Hoje todos os clientes conhecem e exigem seus direitos em relação aos serviços que pagam para serem executados.

Uma constante preocupação da classe contábil é quanto ao erro que possa ocorrer na escrituração de seus clientes, já que o risco está presente no dia a dia de seu escritório e nem sempre possível de ser vigiado como deveria. Um escritório contábil possui funcionários capacitados para exercerem suas funções, porém, a grande quantidade de mudanças legais e regimentais nos vários níveis de administração pública aliadas à velocidade de difusão das informações e aos constrangimentos de braços provocam um estresse profissional que estimula o erro latente em todo processo produtivo. Por isso dentro da nossa atividade incorporamos uma parcela crescente de risco de cometer erro técnico.

Cada dia mais no ato da angariação de clientes, é usual a assinatura do contrato de prestação de serviços onde constam as obrigações e direitos das partes e, dentre elas, uma das cláusulas mais solicitadas pelos clientes é aquela que responsabiliza o escritório de contabilidade pelas multas advindas por erros cometidos na escrituração.



Marcelo A. Ventura

Atitudes negligentes ou de incumprimentos das obrigações legais como por exemplo, entrega fora de prazo ou não entrega de documentos, falhas de enquadramento e/ou cadastramento fiscal de empresas ou dados nos prazos previstos pelas legislações, ocorrências que também geram multas, não são passíveis de reembolso por parte das seguradoras

Já existe no mercado segurador cobertura que garante ao empresário contábil o reembolso de multas que venham a ser aplicadas a seus clientes em função dos erros técnicos cometidos pelo escritório.

Vale apenas frisar a abrangência da expressão erro técnico para efeitos dessa cobertura securitária.

Entende-se por tal o atendimento indevido de qualquer exigência fiscal, por exemplo preenchimento errado de Dirf, RAIS, Declaração de Imposto de Renda, Darfs, Guias de recolhimento, cálculos errados etc...

Porém, não abrange atitudes negligentes ou de incumprimentos das obrigações legais como por exemplo: entrega fora de prazo ou não entrega de documentos, falhas de enquadramento e/ou cadastramento fiscal de empresas ou dados nos prazos previstos pelas legislações, ocorrências que também geram multas, não são passíveis de reembolso por parte das seguradoras.

Atualmente, a procura no mercado por este tipo de cobertura observa uma demanda crescente em função do aumento das penalidades principalmente desde a implantação do plano Real.

Matéria desenvolvida e pesquisada por Antônio Aparecido Teixeira, empresário nos ramos de Contabilidade e de Seguro

Anúncio Brasil Informática

Simpi reúne Legislativo e Executivo para discutir situação da pequena empresa

A abertura do I Seminário Nacional da Micro e Pequena Empresa - PME, evento ocorrido de 5 a 7 de dezembro, em São Paulo, refletiu um pouco das predisposições dos Poderes Executivo e Legislativo federais em relação ao processo de Reforma Tributária. O primeiro a falar na solenidade foi o senador Romeu Tuma (PFL - São Paulo). Ele se mostrou preocupado com alguns aspectos do substitutivo do relator Mussa Demes, como a falta de atenção com um personagem fundamental do sistema tributário nacional. "Não se houve falar no contribuinte", criticou. Tuma também reclamou do número excessivo de tributos ainda mantidos pela proposta.

A platéia, composta de representantes de entidades ligadas aos micros e pequenos empresários, aplaudiu o senador, quando ele falou que, para ser honesto no Brasil, o pequeno empresário é obrigado a contratar advogado e contador, o que, às vezes, sai mais caro que o próprio custo de produção, se referindo a dificuldade de se honrar compromissos fiscais no mar de complexidade do sistema tributário brasileiro.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB - São Paulo), defendendo os trabalhos realizados pela Comissão de Reforma Tributária da Casa a qual preside, rebateu polidamente as intranquilidades demonstradas pelo senador - "o Senado não precisa se preocupar" -, elogiando o trabalho do relator Mussa Demes e o empenho dos deputados na elaboração da proposta, a qual definiu como um belo animal: "A Reforma Tributária é um anseio do País, que não quer mais um sistema jurídico instável, que gera instabilidade social, não quer a improvisação".

Mas para quem acreditava que o novo sistema tributário seria aprova-



Deputado Michel Temer, presidente da Câmara, e o compromisso com a Reforma Tributária: "É um anseio do País, que não quer mais um sistema jurídico instável, que gera instabilidade social, não quer a improvisação"

do este ano, Temer afirmou: "O relatório votado pela comissão é um primeiro ato. Ainda haverá dois turnos de votação no plenário da Câmara e depois no Senado Federal. Temos um longo percurso a trilhar". Ele adiantou que haverá sessão extraordinária, em janeiro, na Câmara, para votação da reforma, que deverá estar aprovada até agosto de 2000. O Congresso Nacional está em recesso desde dezembro.

Executivo

Representando o presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, falou de todas as medidas do Governo Federal em benefício das micros e pequenas empresas. Menos sobre Reforma Tributária. Aloysio citou a reformulação do Simples Federal pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara a cargo do deputado Marcos Cintra. "O Governo não está ausente do processo de medidas a favor das MPEs".

Aloysio Nunes também destacou o apoio do governo à tramitação do Es-

tatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Lei sancionada em outubro, e o programa federal de estímulo ao segmento, chamado "Brasil Empreendedor", que, entre outras coisas, mudou as regras de financiamentos, tornando-os mais acessíveis, e aumentou os prazos para a amortização dos empréstimos. Segundo ele, as iniciativas resultaram, desde o lançamento do projeto, há dois meses, na duplicação da meta inicial de financiamento de R\$ 600 milhões. O governo pretende liberar cerca de R\$ 8 bilhões em linhas de créditos, através dos agentes financeiros oficiais, em um ano.

Mas a medida apresentada como a mais importante é o programa de Recuperação Fiscal - Refis, que prevê o refinanciamento das dívidas federais (Receita e Previdência). Pela medida, não haverá prazo para o pagamento e as empresas terão de amortizar o débito comprometendo até 2% do faturamento mensal. As empresas em débito com o governo que aderirem ao Refis terão o nome retirado do Cadim - Cadastro Informativo dos Créditos não

Quitados de Órgãos do Setor Público Federal, o que permitirá acesso a novos financiamentos e linhas de crédito. A decisão do Governo beneficiará um número significativo de empresários em débito com o governo (segundo o Simpi - Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo cerca de 85% das pequenas e médias empresas estão com o nome inscrito no Cadim).

Por outro lado, Aloysio Nunes reconheceu o que todo pequeno empreendedor já sabe: que tais medidas ainda não representam grandes avanços. A culpa, segundo ele, é a macroeconomia do País que sofreu com as últimas duas grandes turbulências do mercado mundial. Um das conseqüências mais nocivas para os empresários, que precisam de capital para expandir os seus negócios, foram as taxas de juros, que ainda permanecem bastante altas, apesar de terem passado recentemente por tímido decréscimo. "Estamos vivendo um ajuste seríssimo, mas a crise está superada".

Exportações

Joseph Couri, presidente da Assimpi - Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria, entidade promotora do seminário, juntamente com a Assimpec - Associação Nacional das Micro e pequenas Empresas do Comércio, elogiou as medidas do Governo em favor das pequenas empresas, mas também mostrou, com números, o quanto o setor ainda sofre com a falta de políticas de desenvolvimento no Brasil.

Ele exemplificou que, nos EUA, 54% das exportações são feitas por empresas com até 19 trabalhadores. Na Itália, 64% das empresas com até 14 funcionários são exportadoras. No Brasil, as MPes participam do pípio percentual de 2% do volume exportador total. Hoje, 70% do comércio exterior brasileiro são representados por apenas 270 empresas.

Outra autoridade presente que falou aos presentes, foi o vice-go-



Senador Romeu Tuma, preocupado com a falta de atenção com o personagem fundamental do sistema tributário nacional: o contribuinte



Representando o presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, falou de todas as medidas do Governo Federal em benefício das micros e pequenas empresas. Menos sobre Reforma Tributária.

vernador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Ele citou medidas do Governo Estadual para simplificar a vida das MPes, como a mudança da sistemática de compras; aumento do enquadramento das MPes; abertura de crédito, através da Nossa Caixa, Nosso Banco e a redução da carga tributária, com o Simples paulista, de 18% para de 1 a 2,5%. "O seminário é de caráter social, pois o grande desafio hoje é a geração de empregos. Não tenho dúvidas que a Reforma Tributária vai caminhar", comentou.

Ainda estiveram presentes na abertura do Seminário, o Superintendente da Receita Federal em São Paulo, Flávio Del Comuni; os deputados federais, Marcos Cintra (PL - São Paulo) e Gerson Gabrielli (PFL - Bahia) e estadual Walter Feldman (PSDB - São Paulo); o secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, André Franco Montoro Filho e mais os representantes de entidades de classe ligadas às micros e pequenas empresas de 15 Estados brasileiros. Entre eles, a presidenta do Sescon/SP, Aparecida Terezinha Falcão e o vice-presidente da entidade, Carlos José de Lima Castro.

Carta

Na verdade, a presença de tantos nomes influentes representa o espaço político que as entidades ligadas ao segmento das pequenas empresas vêm conquistando nos últimos anos no Brasil. Apesar da importância econômica e social para o País (as micro e pequenas empresas respondem por cerca de 25% do Produto Interno Bruto - PIB e empregam seis de cada dez trabalhadores brasileiros, segundo dados do IBGE), o segmento sempre reclamou maior atenção por parte do Governo, que insiste em oferecer todas as benesses e vantagens às grandes empresas, principalmente estrangeiras. Mas o Seminário Nacional pode ser um indicador de que a história começa a tomar um outro rumo.

O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu, em data oportuna, a receber pessoalmente, da diretoria do Simpi, o documento com a linha de atuação conjunta das entidades presentes no seminário. O recado foi mandado através do secretário Geral, Aloysio Nunes Ferreira. As propostas da 'Carta da Pequena Empresa' foram elaboradas a partir das sete mesas de debates, nas quais foram discutidos temas como: "Pequena Empresa pode exportar?", "Tributação: como simplificar?" e "Crédito: como chegar ao pequeno empresário?". A carta aborda as questões que mais afetam os pequenos empreendedores.

Carta da Pequena Empresa

1) Geração de Empregos e ocupação

– formalizar parceria com outras entidades da sociedade civil e com organismos governamentais, para que seja alcançado todo o potencial de geração de emprego representado pelo auto-emprego e pela ativação das micros e pequenas empresas nacionais. Em 60 dias, será feito o lançamento de campanha - baseada no binômio solidariedade e produção, com o mote “Em Cada Novo Emprego, Mais Solidariedade e Produção”. O objetivo é criar um leque de oportunidades para os cidadãos brasileiros ora desempregados, com estímulos ao micro e pequeno empresário para a contratação de novos funcionários. A campanha terá como parcerias preferenciais as entidades de trabalhadores, as Igrejas e todos os organismos da sociedade civil ou de governo que elejam a guerra ao desemprego como prioridade absoluta.

2) Exportação - intensificar contatos das entidades, para trabalho em parceria com órgãos governamentais e de apoio, visando a qualificação efetiva do pequeno empresário - em termos de produção e de atitudes de empreendedor - para incrementar sua presença no processo de exportações brasileiras. Hoje, tal presença é inferior a 2% do total, enquanto o setor representa 94% das empresas do País, o que indica um largo espaço a ser ocupado pelas unidades produtivas de menor porte.

3) Tributação - buscar a absoluta simplificação e ampliação da base de contribuintes, com redução de alíquotas. A experiência vitoriosa do Simples - que deve ser preservado e estendido a setores das MPEs ainda impossibilitados de aderirem ao Sistema - indica que a simplificação e a redução dos tributos significa crescimento das empresas formalizadas, ampliação do número dos que pagam tributos e, como consequência, até mesmo um incremento do volume recolhido pelo Governo.

4) Qualificação do Empresário – oferecer todo apoio aos organismos responsáveis pelo incremento da qualificação empresarial, buscando a sinergia de atuação entre as entidades de representação, de apoio e de governo, para o alcance dos melhores resultados em curto prazo. A qualificação do micro e pequeno empresário é tarefa fundamental, por ser condição essencial para um desempenho de sucesso em mercados altamente competitivos e exigentes, tais como se desenham na nova realidade mundial.

5) Crédito - Condição fundamental para a consolidação e fortalecimento da micro e pequena empresa, o acesso ao crédito deve ser em condições adequadas, ágeis e suportáveis,



em função do grau de produtividade e lucratividade dos empreendimentos. No atual estágio, a dificuldade de acesso ao crédito é um ‘calcanhar de Aquiles’ do sistema produtivo na MPE. O microcrédito deve ser prioridade absoluta, seja ele gerenciado por ONGs ou resultado de projetos de governo.

6) Parceria com grandes empresas - Estimular o processo de permanente busca de parcerias entre as micros e pequenas e grandes empresas,

para que a reflexão e a ação sobre o processo de desenvolvimento nacional tenham a perspectiva abrangente e integradora.

7) Mercado interno - Não obstante a forte preocupação com o esforço de exportação, as entidades de representação estarão envolvidas com o processo de valorização do importante mercado interno brasileiro, que hoje é base fundamental para as empresas de menor porte, particularmente as microempresas.

Os participantes do Seminário decidiram ainda:

- Instituir o “Prêmio REBOLO”, a ser entregue anualmente a pessoas ou entidades que se destacarem na preocupação com o fortalecimento da micro e pequena empresa no Brasil. O nome do prêmio faz referência ao importante artista plástico Francisco Reboló (1902-1980), que manteve aberta sua microempresa de pintura de residências, mesmo após a fama, com a preocupação de conservar os empregos dos trabalhadores da firma. Com isso, tornou-se um símbolo do microempresário e de uma postura adequada do empreendedor.

- Transformar o Seminário Nacional da Micro e Pequena Empresa em evento anual, a realizar-se no mês de dezembro, sendo os resultados de cada encontro traduzidos em livro a ser publicado no primeiro semestre do ano seguinte. Assim, ficou convocado o II Seminário Nacional para dezembro do ano 2000.

- Comprometer fortemente as entidades associativas, com o esforço de ampliar o número de seus associados e de qualificar seus quadros dirigentes, para que melhor desempenhem seu novo papel estratégico frente ao segmento que representam.

- Finalmente, incentivar as entidades associativas em sua luta de uma década para que, de forma negociada e harmônica, consigam seu espaço de atuação nos Conselhos Deliberativos Estaduais e Nacional do Sebrae, questão já definida legalmente e ainda não implementada.

A Carta da Pequena Empresa foi aprovada pelos dirigentes de entidades de representação, especialistas da área e empresários participantes do Seminário Nacional das Micros e Pequenas Empresas, ocorrido na sede do Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo - Simpi, no dia 7 de dezembro de 1999.

Auxílio alimentação e cesta básica: Natureza não salarial desse auxílio

Ricardo Nacim Saad*

Tendo se instalado controvérsia em torno da natureza salarial da cesta básica, quando concedida por empregador a seus empregados, controvérsia essa provocada especialmente pela fiscalização do INSS, que, para fins de arrecadação, entende que a parcela correspondente à mesma deve ser integrada ao salário, apresentamos nossas considerações sobre a matéria.

O art. 611, da Consolidação das Leis do Trabalho, assim dispõe:

“Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.”

O conceito de convenção coletiva de trabalho é sintetizado por Octávio Bueno Magano, com as seguintes palavras:

*“é o negócio jurídico através do qual sindicatos estipulam condições de trabalho.”*¹

Esse eminente doutrinador aduz que:

*“a concepção da convenção coletiva como negócio jurídico já é, por si, indicativa de sua natureza jurídica. Trata-se de negócio jurídico resultante da autonomia das partes convenientes. Vale dizer que se particulariza como negócio jurídico bilateral, ou, mais especificamente, como contrato normativo.”*²

A seu turno, assinala Amauri Mascaro Nascimento que a convenção coletiva é um acordo entre sindicato de empregados e sindicato de empregadores. Desse modo, diz:

“a convenção coletiva resulta da autonomia da vontade de ambas as entidades. Surge como resultado de ajuste bilateral e só se perfaz caso os dois contraentes combinem suas vontades. Pode-se mesmo dizer que da mesma forma que os contratos, no direito comum, constituem expressão da autonomia da vontade dos particulares, as convenções coletivas, no Direito do Trabalho, são importante manifestação da autonomia privada co-



Marcelo A. Ventura

A cesta básica fornecida pelos empregadores, por força do ajuste coletivo, integra o salário dos empregados?

letiva. A ordem jurídica se completa com a atividade negocial reconhecida pelo Direito às pessoas. Aos sindicatos também é conferida igual ação.”

A Constituição Federal, de outubro de 1988, através de seu art. 7º, inciso XXVI, expressa o **“reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho”**.

Os muitos sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais vêm negociando, dentre outras condições, a concessão de cesta básica de alimentos aos respectivos empregados. Assim o fazem livremente e emprestam, não raro, à cláusula cunho não salarial. De fato, os sindicatos convenientes, ao não imprimirem a essa ajuda alimentar caráter salarial, acabam por viabilizar sua concessão, isto em se considerando que os empregados, de um modo geral, admitem a cláusula em questão, desde que a mesma não implique em ônus adicional (encargos sociais), com o que as categorias profissionais colocam-se inteiramente de acordo.

Pois bem. Ao assim decidirem, as entidades sindicais poderiam estar ferindo a lei?

É o que passamos a analisar.

O art. 458, da CLT, estabelece:

“Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou

outras prestações ‘in natura’ que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado...”

A cesta básica fornecida pelos empregadores, por força do ajuste coletivo, integra o salário dos empregados?

No nosso entender, não, isto porque a concessão em tela decorre de norma coletiva, em que sua natureza é delimitada. A propósito, vejamos decisão do TRT/2ª Região:

Ajuda Alimentação - natureza não salarial - negociação coletiva - admissibilidade - O alijamento do caráter salarial da utilidade - alimentação não implica, por outro lado, violação frontal a norma de proteção ao trabalho, configurando matéria passível de negociação pela via coletiva, mediante atuação do sindicato profissional, devidamente autorizado pela assembléia da categoria. Disposições dessa natureza, desde que não infrinjam direitos legalmente reconhecidos à categoria, devem ser em princípio, acatadas, porquanto o sindicato, no âmbito das relações coletivas de trabalho, negocia em pé de igualdade com o empregador, situação bem diversa daquela em que se insere a pessoa física do empregado, economicamente frágil diante do poder empresarial. (Proc. n. TRT/SP n. 02960242046 - Ac. n. 02980038274 - 8ª T. - Rel. Juíza Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva - j. 26.01.1998)

Dessa apontada decisão, merece destaque o seguinte tópico do voto da Juíza Relatora, sufragado à unanimidade:

“Merece acolhimento ... e enseja a reforma do julgado, a invocação das normas coletivas da categoria acerca do fornecimento da utilidade-alimentação. Com efeito, todos os acordos coletivos carreados aos adultos, às fls. 48/81 (1992/93, cláusula 15ª; 1993/94, cláusula 15ª, 1994/95, cláusula 9ª) ressaltam, de forma expressa, a natureza não salarial da ajuda-alimentação concedida pela recorrente. Trata-se de manifestação legítima da vontade da categoria profissional, no exercício de sua autonomia privada coletiva, prestigiada inclusive pelo texto constitucional (CF/88, art. 7º, XXVI).”

Nessa mesma linha, o entendimento do C. Tribunal Superior do Trabalho:

“Natureza salarial. A ajuda-alimentação fixada em convenção coletiva de trabalho não tem natureza salarial, mas indenizatória, logo não integra o salário do empregado para nenhum efeito legal.” (TST, RR 204.440/95.5, Leonaldo Silva, Ac. 4ª T.8.058/96)⁴

“A parcela referente a ajuda-alimentação prevista em norma coletiva possui natureza indenizatória, e não salarial. Por conseguinte, não integra o salário do empregado para efeitos de reflexos.” (RR 183.317/95.4, Ac. 2ª T 13.360/97) Moacyr Roberto Tesch Auersvald - TST⁵

“A ajuda-alimentação, em face de sua própria origem nas convenções coletivas, tem uma finalidade típica de verba indenizatória, não integrando, assim, a remuneração do empregado.”(RR 182.855/95.1, Ac. 2ª T. 13.358/97) Moacyr Roberto Tesch Auersvald - TST⁶.

Nem se alegue que há distinção entre ajuda-alimentação e cesta básica, uma vez que, de acordo com a melhor doutrina, tanto o fornecimento de refeições preparadas como a entrega de gêneros alimentícios de primeira necessidade constitui alimentação do trabalhador. E, como essa concessão tem origem em convenção coletiva de trabalho, segue-se que o ajuste em torno da mesma decorre da vontade das partes, sem qualquer ofensa à lei.

Nessas condições, entendemos que o valor correspondente à cesta básica não se integra ao salário dos empregados para qualquer efeito legal, muito embora o INSS, por razões óbvias, resista em aceitar as evidências.

* Ricardo Nacim Saad é mestre em Direito do Trabalho pela USP, ex-delegado Regional do Trabalho no Estado de São Paulo e advogado especializado em matéria trabalhista.

1 “Manual de Direito do Trabalho” - vol. III - Direito Coletivo do Trabalho - 2ª edição - SP - 1990 - p. 135 - 2 ob. cit., p.136 - 3 “Direito do Trabalho na Constituição de 1988” - Ed. Saraiva - SP - 1989 - p. 245 - 4 “Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho” - Valentin Carrion - Ed. Saraiva - 1997 - 2º semestre - verbete nº 3054 - 5 “Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho” - Valentin Carrion - Ed. Saraiva - 1997 - 2º semestre - verbete nº 3015 - 6 “Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho” - Valentin Carrion - Ed. Saraiva - 1997 - 2º semestre - verbete nº 3212

Anúncio EXACTUS

(repetir anuncio da edição 46)

Abrindo portas para o comércio internacional

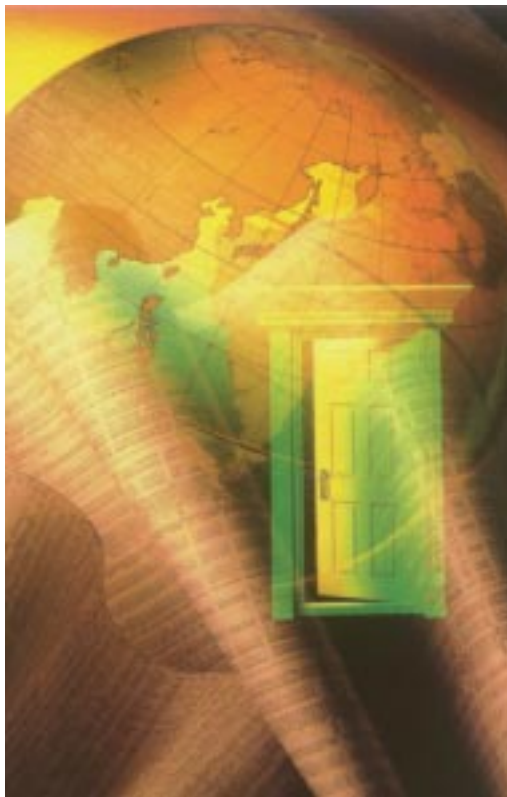
André Luiz de Andrade

Conquistar mercados externos, oferecendo produtos de qualidade, sempre foi relevante para a economia dos Países e para o fortalecimento e crescimento de seu segmento empresarial. Mas, no Brasil, os governos nunca trataram o comércio exterior com a atenção equivalente à sua importância.

Essa foi a visão apresentada pelo inspetor da Alfândega do Aeroporto Internacional de Cumbica - SP, Foch Simão, no seminário "Remessa Expressa, Remessa Postal e Exportação Expressa, ocorrido no dia 22 de outubro, na sede do Simpi - Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo. No evento, organizado pelo Idecex - Instituto de Desenvolvimento do Comércio Exterior, foram debatidos os entraves que ainda dificultam a simplificação e a alavancagem deste setor da economia nacional.

As dificuldades de exportação já começariam pela estrutura interna do País, que nunca foi preparada pelo Estado para uma economia de primeiro mundo. Segundo Foch, se por um lado o Brasil "não sabe e não tem estrutura para exportar", por outro, adquire produtos estrangeiros sem grandes exigências. "O Brasil consome pela aparência, é cultural. Fomos inundados por mercadorias de todo o tipo, que drenaram os recursos do País, mas a parte de exportação foi abandonada", lamenta.

Mas, para o inspetor, alguns 'pilares' desta estrutura interna começam a se consolidar, preparando o Brasil para o Comércio Exterior. Ele cita aspectos como mudanças na legislação, mercado de produção com bom potencial e empresas aéreas mais preparadas para o transporte de cargas, como alguns aspectos que obtiveram



avanços recentes no País. Mas, segundo Foch, as empresas ainda se ressentem de não encontrar uma 'logística' na outra ponta do comércio para oferecer seus produtos. Essa outra ponta inclui, por exemplo, uma estrutura de identificação de mercados potenciais para os produtos nacionais.

Em outros países, há um cuidado especial dos governos com seus representantes externos na divulgação de produtos que, em alguns casos, chegam a se tornar elementos de representação da cultura nacional. O processo tem, inclusive, o envolvimento dos próprios cônsules. Um exemplo é o café colombiano. O País, que mais se destaca na exportação do produto, recebe apoio governamental, com forte 'merchandising' no Exterior. Por outro lado, no Brasil, o Itamaraty não dá atenção a esse setor da economia nacional. "O Itamaraty é um órgão que está na época do império", comparou Foch.

Feiras & Cooperativas

Enquanto o Itamaraty se empenha apenas em manter boas relações com a 'corte', Foch aconselha as empresas buscarem mecanismos próprios para conquistar o mercado externo, mas diferencia: "Lá fora, compra-se pela confiabilidade". Esse contato de clientes potenciais com os produtos brasileiros (e suas qualidades) pode se dar através de feiras internacionais. Aspecto fundamental para conquista de novos mercados, as feiras são o canal para demonstração de produtos, contatos e negócios com os importadores externos.

Mas, esse processo é lento, pois cada etapa pode ocorrer em um evento. No primeiro, há a divulgação do produto, no segundo, negócios, no terceiro, vendas. Para diminuir o alto custo

da montagem de estandes nesses eventos, o inspetor aconselha que os pequenos empresários se reúnam em colegiados, pois, sozinhos, eles têm que competir com as grandes, que já possuem condições e estruturas próprias para a exportação. Uma boa opção neste caso seria a formação de cooperativas de exportação, que possibilitam a divisão dos gastos e tornam mais fácil a obtenção de financiamentos.

Com a pouca atenção do Governo na área do comércio exterior, cabe ao segmento empresarial, portanto, o esforço para conquistar novos mercados. O problema é que, segundo Foch (além de consumir qualquer coisa), o brasileiro prefere especular sobre o negócio mais rentável no momento - de acordo com os ventos da política econômica da vez - do que montar uma estrutura econômica sólida e permanente. "Se o Estado não faz, cabe fazer pela iniciativa privada, só que, neste caso, falta a iniciativa", critica.

Itália é exemplo de política de exportação



O consultor independente de Comércio Exterior, Cláudio Soares, critica também o governo pela falta de uma política de longo prazo para divulgação do País. “Não podemos pensar em comércio exterior com mudanças constantes na política econômica”, analisa. Mas, ressalta que a responsabilidade também deve ser do empresário. “O Governo pode criar todo o ambiente econômico, mas a decisão de exportar deve ser da empresa”.

Boas embalagens

Cláudio cita a Itália como modelo de política de exportação, que investiu, inclusive, no aprimoramento de embalagens, fundamentais para a boa aceitação de qualquer produto pelo

mercado externo, principalmente da Europa e EUA. A atenção dada a apresentação de produtos contribuiu para que a Itália chegasse a ser hoje país expoente na área do design, destacadamente de mobiliário e utensílios domésticos. “Mas, para que houvesse a explosão das exportações de micros e pequenas empresas italianas, houve um esforço de quase três décadas”, lembrou Cláudio.

O diretor do Simpi, Mário Chekin, lembra medida tomada na Itália para acabar com o comércio informal: o governo ofereceu US\$ 3 mil para que as pequenas empresas, que estavam na informalidade, regularizassem sua situação. Um ano e meio depois, o ex-mercado informal já havia retornado o montante disponibilizado em impostos.

“O Governo não raciocina que, baixando impostos, vai aumentar a arrecadação. Ele não confia em si mesmo”, disse Foch, em consonância com a

opinião do consultor Cláudio Soares. Mas fica a pergunta: o Brasil teria condições econômicas de fortalecer e desenvolver este segmento econômico brasileiro com menos impostos e mais financiamentos? Tomando como exemplo as empresas estrangeiras, para as quais isenções e recursos para empréstimo não parecem ser problema, a resposta seria sim.

A questão, segundo Foch Simão, é que o complexo fabril que vem do exterior é quase especulativo. Seu objetivo é apenas explorar as potencialidades de consumo do local. Se as circunstâncias não forem favoráveis, ele simplesmente deixa o país e sai a procura de um outro mercado, mais interessante. “A fábrica não desenvolve o produto, apenas produz, e ainda ganha incentivos fiscais”, ratifica. Com isso, para o inspetor, uma empresa na informalidade estará sozinha e poderá ser facilmente achatada diante desta competição desigual.

Empresa de Correios quer tornar-se agente exportador

Tornar os Correios um grande agente de exportação para pequenos volumes. Essa é a intenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, segundo seu gerente de Correio Expresso Internacional, Ananias Nery Santana. Ele informou que, em 1998, 19 milhões de objetos foram exportados através da empresa, que é atualmente responsável pela remessa de 20% do total da exportação e importação nacional. Para se ter uma idéia da abrangência da EBCT no Brasil, a empresa possui 11.700 agências, 130 centros de triagem e 10 centros de operações de transporte. “É essa estrutura que queremos colocar à disposição do pequeno empresário para que ele possa explorar o mercado externo”.

Internet

José Avando Sales, coordenador Geral do Departamento de Planejamento do Sistema Postal do Ministério das Comunicações, citou a Internet como outro importante veículo que pode ser explorado pelas empresas no comércio exterior. Ele lembra que o tráfego mundial de encomendas está crescendo muito devido ao comércio eletrônico (ver matéria na edição de outubro da Revista Fenacon). Ele também lembrou a iniciativa da superintendência do Banco do Brasil de Minas Gerais em identificar nichos de mercado para exportação. Há ainda projeto para que os Correios assessorem as empresas na parte de embalagens e acondi-

cionamento. “O que se quer por parte do governo é difundir a cultura exportadora”, afirmou José Sales.

O diretor do Simpi, Mário Chekin, destacou que o objetivo do seminário foi desmistificar a burocracia da exportação. Ele também defendeu a criação de consórcios e cooperativas para a diminuição de custos, fazendo com que os produtos cheguem com preços competitivos ao exterior. Uma medida concreta anunciada foi a criação de uma home page para relacionar os países em que há potencial de consumo para determinados tipos de produto.



'Mailing' possibilita comunicados urgentes aos associados da Fenacon

Um novo serviço oferecido através do site da Fenacon tem proporcionado grande agilidade de informação, fundamental para a atividade contábil. Agora, sempre que a presidência da entidade precisa comunicar algo importante e urgente, envia mensagens, pelo sistema de 'mailing', aos associados. Foi o caso da prorrogação do prazo para a apresentação da DIPJ/99, ano calendário de 1998. A data-limite, que era o último dia útil do mês de setembro, passou a ser o dia 29 de outubro.

Tão logo o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, comunicou a decisão, por telefone, no dia 28 de setembro, ao presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, deputado federal, Max Rosenmann, os empresários contábeis receberam e-mails comunicando a mudança. A prorrogação foi uma solicitação da Fenacon e do NPECT e representou uma reivindicação do segmento empresarial contábil, pois o programa gerador da DIPJ havia sido disponibilizado apenas a partir do dia 20 de agosto, não oferecendo tempo suficiente para que a declaração fosse elaborada.

Outro exemplo de fato importante já divulgado através do 'mailing' foi a mudança do prazo de vencimento da Confis.

Para receber as informações da



Site da Fenacon (www.fenacon.org.br)



Fenacon, o associado precisa se cadastrar. Para isso, basta clicar em "Cadastre-se já!!! - Receba informações importantes por e-mail" na página inicial do site da Fenacon. A partir daí, ele deve digitar o e-mail, o que possibilitará a verificação da existência de seus dados nos cadastros da Fenacon. O segundo passo é preencher um novo formulário e, por último, clicar em "inclusão no sistema de mailing". Até agora, um total de 2.500 empresários contábeis já se cadastraram no novo serviço on-line oferecido pela entidade.

Páginas amarelas on-line

O site da Fenacon também dispõe de um cadastro, no qual as empresas de assessoria e contabilidade associadas de todo o Brasil podem divulgar seus serviços. O maior banco de dados deste segmento econômico do País inclui, além do nome, um texto de apresentação com um pequeno histórico das atividades da empresa. Abaixo do texto também há a possibilidade de se clicar em ícones para acessar, além de informações mais detalhadas, como e-mail, endereço e telefone; os links para as home-pages das empresas relacionadas.

As consultas se iniciam através da escolha de um Estado. Em seguida é apresentada uma nova tela com opções para consulta por cidade ou palavra-chave.

O cadastramento pode ser feito através do próprio site. Para a inclusão da empresa no cadastro, basta o preenchimento de um formulário. Mesmo as empresas que não possuem web site poderão fazer parte do sistema de procura e terão telefone e endereço divulgados. O objetivo do cadastro é facilitar a procura por empresas de assessoria e contabilidade, através da Internet, além de simplificar o contato e a comunicação entre empresários destes segmentos entre cidades de todo o País.

Anúncio Supersoft

Sites de Interesse do Empresário Contábil

Hardware

<i>IBM</i>	http://www.ibm.com.br
<i>Compaq</i>	http://www.compaq.com.br
<i>Semp Toshiba</i>	http://www.semptoshiba.com.br
<i>Itautec</i>	http://www.itaotec.com.br

Informações fiscais e tributárias

<i>Coad</i>	http://www.coadbr.com
<i>IOB</i>	http://www.iob.com.br
<i>Fiscodata</i>	http://www.fiscodata.com.br
<i>Informare</i>	http://www.informanet.com.br
<i>Koenig Consultoria e Publicações Fiscais</i>	http://www.koenig.com.br

Busca na Rede

<i>Cade</i>	http://www.cade.com.br
<i>Alta Vista</i>	http://www.altavista.com
<i>Yahoo</i>	http://www.yahoo.com
<i>Metaminer</i>	http://miner.bol.com.br/index.html
<i>RadarUOL</i>	http://www.radaruol.com.br

Impressoras

<i>Hewlett Packard</i>	http://www.hp.com.br
<i>Epson</i>	http://www.epson.com.br
<i>Xerox</i>	http://www.xerox.com.br
<i>Lexmark</i>	http://www.lexmark.com
<i>Elgin</i>	http://www.elgin.com.br
<i>Canon</i>	http://www.canon.com.br/index1.htm

Softwares

<i>Symantec (Norton Anti-Virus)</i>	http://www.symantec.com.br
<i>Microsoft</i>	http://www.microsoft.com/brasil
<i>Novell</i>	http://www.novell.com.br
<i>ABES - Ass. Empresas Software</i>	http://www.abes.org.br
<i>Brasoftware</i>	http://www.brasoftware.com.br
<i>Compusul</i>	http://www.compusul.com
<i>Prosoft</i>	http://www.prosofttecnologia.com.br

Governo e entidades

<i>Fenacon</i>	http://www.fenacon.org.br
<i>Sebrae</i>	http://www.sebrae.org.br
<i>Ministério da Previdência</i>	http://www.mpas.gov.br
<i>Ministério da Fazenda</i>	http://www.fazenda.gov.br
<i>Receita Federal</i>	http://www.receita.fazenda.gov.br
<i>CEF</i>	http://www.cef.gov.br
<i>Posto Fiscal Eletrônico/SP</i>	http://www.pfe.sp.gov.br

Livrarias & Editoras

<i>Saraiva</i>	http://www.livrariasaraiva.com.br
<i>Ática</i>	http://www.atica.com.br
<i>Atlas</i>	http://www.edatlas.com.br
<i>Siciliano</i>	http://www.siciliano.uol.com.br
<i>Makron Books</i>	http://www.makron.com.br
<i>Cultura</i>	http://www.livcultura.com.br
<i>BookNet</i>	http://www.booknet.com.br
<i>Ltr</i>	http://safe.tesla.com.br/ltr/home.htm

Anúncio Copan
1/3 pág

Maranhão

Hospital do Sescon atenderá população carente

A diretoria do Sescon Maranhão está elaborando projeto para a criação de um hospital comunitário, que irá ajudar no atendimento da população carente.

O objetivo é contribuir para diminuir as deficiências na área de saúde junto à população carente. A idéia é que o hospital seja construído dentro da área de cinco mil m² que o Sescon/MA já dispõe para a construção do Cied, que será uma construção vertical.

Para que o sindicato possa gerenciar a construção do hospital comunitário, foi necessário modificar o estatuto da entidade, permitindo-a criar organismo na área da saúde. Os associados poderão fazer parte do processo de elaboração dos projetos e captação de recursos junto ao Governo Federal. Para Pires de Castro, é importante o envolvimento direto dos associados, pois serão eles os responsáveis pela administração do projeto.

O presidente lembra que, há nove meses, muitos não acreditaram na escola tecnológica e os poucos que acreditaram, são os que irão administrá-la. "O hospital comunitário é hoje um sonho que amanhã poderá se tornar uma realidade".

Rádio educativa

Além do hospital comunitário, o Sescon-MA quer criar uma Rádio Educativa FM. Sonho mais antigo que o do hospital, o projeto da rádio esteve caminhando de forma mais lenta devido a priorização da escola tecnológica. Segundo a engenheira projetista, Jane Mary Rocha, responsável pela consultoria técnica, após a conclusão do projeto e a aprovação pela diretoria do sindicato, o mesmo será submetido a parecer da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações.

De acordo com o projeto, a rádio não terá fins lucrativos e sua programação visa atingir o público empresarial. "O objetivo será, além de apresentar mú-



*José Ribamar Pires de Castro,
presidente do Sescon/MA*

sica de qualidade, prestar informações que orientem e ajudem a desenvolver o empresariado local, nas questões tributárias, trabalhistas, ambientais, culturais e administrativas", explicou o presidente do Sescon/MA, José Ribamar Pires de Castro Filho.

Blumenau

Inauguração do escritório de Lages



A inauguração do primeiro escritório regional do Sescon/Santa Catarina, em Lages, no dia quatro de novembro, reuniu diversas autoridades políticas e representantes de entidades contábeis. Na foto menor, da esq. para dir., o tesoureiro do Sescon/SC, Vilson Wegener; o vice-presidente do sindicato e coordenador do escritório de Lages, Luiz Antonio Martello; o pres. da entidade, Roberto Wuthstrack; o pres. do Sindicont, Nerci Tercilio Correia; e o secretário do Sescon/SC, Udélcio Demezuk. Na foto maior, da esq. para dir., Roberto Wuthstrack; Aladir Gödel, cons. do CRC/SC (representando a presidência do CFC); Ivan Ranzolin, deputado estadual (representando o governador do Estado, Esperidião Amin); Nerci Correia; e Valentin Anacleto, presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

São Paulo

Receita Federal instala posto no Sescon-SP

Após mais de dois anos de articulações com autoridades, em São Paulo e Brasília, o Sescon/SP conseguiu concretizar um sonho antigo: instalar um Posto da Receita Federal, em sua sede, no centro de São Paulo. A iniciativa tem como objetivo principal facilitar o dia-a-dia dos empresários contábeis.

Funcionários contratados pela entidade e devidamente treinados pela Receita Federal terão como função preparar todos os documentos necessários para a execução dos serviços. Após essa triagem, o associado recebe uma senha que lhe dá direito ao atendimento direto na Receita. Com isso, o sindicato visa minimizar as enormes filas, já tradicionais, em frente aos postos da Receita Federal em São Paulo.

Estiveram presentes à solenidade de inauguração do Posto, no dia 29 de novembro, o superintendente Adjunto da Receita Federal de São Paulo, Edmundo Spolzino, o delegado, Ciro Rocha, além de técnicos especializados do órgão que, juntamente com a presidenta Aparecida Terezinha Falcão, diretoria e ex-presidentes do Sescon-SP, abriram oficialmente o espaço aos associados.

Para Aparecida Terezinha Falcão, apesar de não atender em sua plenitude os serviços prestados pela Receita Federal, o posto representa um grande e significativo passo no sentido de agilizar o atendimento e simplificar o dia-a-dia dos contribuintes. De imediato, o posto do Sescon-SP fará certidões negativas de tributos federais (pessoas física e jurídi-



ca) e inscrições e alterações do CNPJ. Oportunamente, outros serviços serão disponibilizados.

Demanda

O superintendente Adjunto, Edmundo Spolzino, reconhece que a demanda média de oito mil atendimentos por dia, nos seis postos da Receita da capital paulista, é muito grande, por isso, a necessidade do apoio das entidades para oferecer um atendimento adequado aos contribuintes "Parcerias como esta que celebramos com o Sescon-SP acabam beneficiando toda a população", disse Spolzino.

O posto da Receita Federal no Sescon-SP, funciona ininterruptamente das 9h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, na sede da entidade, à Praça Ramos de Azevedo, nº 206 - 23º andar, conjunto 2320.



Anúncio Nassif

Diretores do Sescon/MT tomam posse em festa de premiação de profissionais do ano

Os empresários contábeis de Mato Grosso conheceram, no dia três de dezembro, os laureados com os troféus de Empresário Contábil do Ano e de Personalidade Contábil do Ano. Durante o evento, que está em sua 4ª edição, também foi empossada a nova diretoria do Sescon/MT, eleita para o triênio 2000/2002.

O prêmio tem como objetivo homenagear aqueles que, pela capacidade, esforço e ética profissional, colaboraram para o engrandecimento da classe contábil no Estado. O Empresário do Ano foi o contabilista Elynor Rey Parrado, sócio-proprietário do Escritório Ética-Parrado Contabilidade e presidente reeleito do Sescon/MT. A Personalidade Contábil foi Davi Francisco da Silva, fundador e gerente da Cooperativa de Crédito dos Contabilistas de Mato Grosso – Coopercon.

Composição da diretoria do Sescon/MT - Triênio 2000/2002

Presidente:	Elynor Rey Parrado
Vice-presidente:	João dos Santos
Secretário:	Romero Barão
Tesoureiro:	Tadeu Roberto Warmling
Diretor de Relações Públicas:	Odenor Aquino da Silva
Diretora Social:	Teresa Santos
Diretor de Eventos Técnicos:	Antônio Silva Neto
Diretor de Patrimônio:	Elécino Dias da Silva



Elynor Rey Parrado, reeleito presidente do Sescon Mato Grosso

Campanha de arrecadação de alimentos

Está prevista para março do próximo ano, a realização, por parte do Sescon/ES, de mais uma campanha de arrecadação de alimentos. Os produtos serão doados às entidades assistenciais do Espírito Santo. O tipo de doação e destinatários ainda serão definidos. As campanhas são promovidas pela diretoria de Ação Social, criada pela atual gestão da entidade.

No segundo semestre deste ano, o sindicato concluiu mais uma campanha, que arrecadou alimentos não perecíveis, como biscoitos, leite em pó e chocolate em pó. Os produtos foram doados às crianças portadoras de Aids, da Associação Maternal de Amparo à Criança – AMAC, de Vitória. A coordenadora foi a diretora de Ação Social do Sescon/ES, Thereza Nader.

Segundo ela, a participação na campanha foi intensa, tanto de associados, quanto de pessoas não ligadas ao sindicato. “Todos tiveram a cons-

ciência do problema pelo qual passam as crianças com esta doença e deram sua contribuição”, ressaltou a coordenadora, citando o envolvimento dos empresários contábeis do Estado na campanha. A divulgação foi feita de diversas formas - através do jornal da entidade, em avisos nos boletos de cobrança etc.

Parte dos alimentos foi entregue diretamente à AMAC pelos doadores. A outra, que se encontrava na sede do sindicato, foi entregue à AMAC, no final de outubro, por representantes da diretoria do Sescon-ES.

Outras iniciativas como essa já foram empreendidas pelo Sescon-ES e também obtiveram um resultado positivo. Campanha semelhante realizada no ano passado arrecadou 547 latas de leite em pó, que foram destinadas às crianças com câncer do Hospital Infantil Jesus Menino, de Vitória. “Esse é um retrato da consciência do cidadão”, concluiu Thereza Nader.

Imcoeste vence 4º Toemco

O Sescon/MT realizou, no dia 9 de outubro, o 4º Toemco - Torneio de Futebol Entre as Empresas de Contabilidade. O evento, que acontece todos os anos, tem o objetivo de promover a confraternização entre as empresas. A competição contou com a participação de 10 equipes e foi realizada na chácara de propriedade da Organização Contábil Paulista, empresa que obteve a terceira colocação no evento.

Campeões do 4º Toemco

- 1º lugar – Imcoeste & Associados
- 2º lugar – Contabilidade Santa Rita
- 3º lugar – Org. Contábil Paulista
- 4º lugar – Assecont Asses. Empresarial e Contabil.

Contribuição Sindical Patronal

Ano 2000

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (ART. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

No exercício de 2.000, o recolhimento da contribuição sindical patronal, devida aos SESCON'S pelos empregadores sediados em suas respectivas bases territoriais de representação, deverá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2.000, ou no dia útil imediatamente anterior se feriado regional.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Tal recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

O cálculo da contribuição sindical dos empregadores deve observar a tabela abaixo, editada pela Confederação Nacional do Comércio em conformidade com o artigo 21 da Lei 8.178, de 1º de março de 1991, artigo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e Resolução CNC-SICOMÉRCIO nº 011/97:

LINHA	CLASSES DE CAPITAL SOCIAL (EM R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A ADICIONAR
01	De 0,01 a R\$ 3.699,75	Contr. Mínima	R\$ 29,60
02	De 3.699,76 a R\$ 7.399,50	0,8%	R\$ 00,00
03	De 7.399,51 a R\$ 73.995,00	0,2%	R\$ 44,40
04	De 73.995,01 a R\$ 7.399.500,00	0,1%	R\$ 118,39
05	De 7.399.500,01 a R\$ 39.464.000,00	0,02%	R\$ 6.037,99
06	De 39.464.000,01 em diante	Contr. Máxima	R\$ 13.930,79

As empresas cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 3.699,75, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 29,60, de acordo com o disposto no § 3º do artigo 580 da CLT (alterado pela Lei 7.047, de 1º de dezembro de 1982).

As empresas com capital superior a R\$ 39.464.000,00, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 13.930,79, na forma do mesmo dispositivo acima citado.

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 – CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos abaixo os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada SESCON.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração. Em caso de mora, são ainda devidos juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT).

Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7,5657 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL – SESCON'S

Cada Sescon tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sescon já vêm previamente preenchida com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá fazê-lo respeitando os seguintes códigos de área:

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SESCON'S

A relação apresentada no verso desta página resume basicamente a representatividade dos SESCON'S.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no SESCON com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos Sindicais

AL	002-365-89638-8	PB	002-365-00000-7
BA	002-365-00000-7	PR	002-365-88248-4
Blumenau	002-365-89502-9	PE	002-365-05023-3
Caxias do Sul	002-365-87490-2	P. Grossa	002-365-00000-7
CE	002-365-88157-7	PI	002-365-00000-7
DF	002-365-04303-2	RJ	002-365-02382-0
ES	002-365-04904-9	RN	002-365-00000-7
GO	002-365-05474-3	RO	002-365-00000-7
Gde Florianópolis	002-365-88511-2	RR	002-365-04959-6
Londrina	002-365-00000-7	SC	002-365-02808-4
MA	002-365-90023-7	SP	002-365-86257-2
MT	002-365-86025-1	SE	002-365-04999-5
MG	002-365-04937-5	Sul Fluminense	002-365-05022-9
PA	002-365-00000-7	TO	002-365-00000-7

OBS: Os Estados do AC, AM, AP e MS estão em organização e devem utilizar o código da Fenacon - 002-365-00000-7

Categorias econômicas representadas pelos Sescon's

Os Sescons representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo Oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sescons são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(Organizados ou não sob forma de pessoa jurídica).

01. Empresa de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis-Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria - Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil

II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência

06. Escritórios de assessoria e consultoria contábil - autônomos
07. De assessoria de importação e exportação aduaneira
08. De assessoria de marketing e merchandising
09. De assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
10. De assessoria e planejamento fiscal contábil
11. De assessoria na área de crédito
12. De assessoria e assistência técnica rural
13. De assessoria da previdência privada
14. De assistência automobilística
15. De assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
16. De assistência e projetos de cozinhas
17. De assistência e projetos agropecuários
18. De assistência e projetos de urbanização
19. De assistência e projetos de viabilidade técnica econômica
20. De assistência e projetos de topografia, aerolevamento e aerofotografia
21. De assistência e projetos de reflorestamento
22. De assistência e projetos de prospecção geofísica
23. De assistência e projetos na área de Telecomunicações
24. De assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
25. De assistência técnica de aparelhos e equipamentos
26. De assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

27. De avaliações de empresas
28. De avaliações patrimoniais
29. De engenharia de avaliações
30. De avaliações e regularização de avarias marítimas
31. De perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
32. De controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

33. De consultoria empresarial
34. De consultoria na área de informática
35. De consultoria técnica e imobiliária
36. De consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

37. De administração de crédito
38. De administração de convênios
39. De administração de vale transporte

40. De administração de vale-refeições (através de tíquete)
41. De administração empresarial
42. De administração de cartão de crédito

VII - empresas e escritórios de organização e coordenação

43. De organização de eventos
44. De exposições e feiras
45. De organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
46. De organização e promoção de vendas de contatos de assistência técnica
47. De promoção de vendas de mala direta
48. De organização e promoção de congressos e eventos

VIII - empresas e escritórios de serviços

49. De serviços de vigilância e segurança
50. De transporte, guarda e segurança de valores
51. De serviços de cópias e fotocópias
52. De serviços de documentação e microfilmagem
53. De serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
54. De serviços de consertos em geral
55. De serviços de cobrança extrajudicial
56. De recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

57. Clubes de proteção ao crédito
58. Clube de diretores lojistas
59. Associações comerciais, industriais e de serviços
60. Câmaras de Indústria, comércio e serviços
61. Associação de criadores rurais e ruralistas
62. Sociedades civis e militares
63. Clubes de serviços
64. Centrais e abastecimento
65. Centrais de produtores rurais
66. Companhias de desenvolvimento
67. Bolsa de valores e mercadorias
68. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)

X - Agências de informações e pesquisa

69. Agências de informações e pesquisa
70. Agências de colocação de fretes (centrais de frete)
71. Agências de coloc. de mão-de-obra (inc. temporários.)
72. Agências de marcas e patentes
73. Agências de recursos humanos

XI - holding societária e fundos mútuos

74. De participações societárias
75. De administração patrimonial (exc.bens imóveis)
76. De administração de ações e quotas
77. De administração de bens e negócios
78. De administração de fundos mútuos e de previdência privada

www.fenacon.org.br

TORNE SUA EMPRESA UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO

A HOME PAGE DA FENACON
DESTACA SUA EMPRESA NO MERCADO.

A FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO
COM INFORMAÇÕES
EM TEMPO REAL.



Serviços On-Line

- Boletim Diário sobre Mudanças na Legislação (Gratuito)
- Consulta e emissão de Certidões do INSS, Receita Federal e PGFN
- Cálculo e emissão de guias de INSS em atraso
- Consulta de marcas e Patentes (INPI)
- Legislação OnLine - Net - IOB
- Respostas às dúvidas mais frequentes sobre IRPF, Simples e OS 203 (Pesquisas são indexadas por palavra)
- Posto Fiscal Eletrônico
- Convenções Coletivas de Trabalho



Federação Nacional das Empresas de
Serviços Contábeis, Assessoramento,
Perícias, Informações e Pesquisas

Anúncio
PROSOFT
(anterior)